

Ata da Reunião do Conselho

ATA nº 228 da 194ª DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO.

No dia 31 de Julho de 2013, com início às 14h00, no Auditório da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária/ SETS, na Rua Pedro Ivo, 750, nesta capital, com a presença dos seguintes conselheiros: Roberto Luiz Harth Teixeira de Freitas – FEPASC (presidente), Luiz Cláudio Romanelli (titular)– SETS; Regina Perpetua Cruz (suplente) – CUT, João Francisco Zafanelli Cubas (titular) – FECOMÉRCIO; José Lucio dos Santos (titular) – SESA; Fabiana Cristina Campos Skrobot (titular) – SEED; Klauss Dias Kuhnem (suplente) – FAEP; Nuncio Mannala (suplente) – SETS; Ildemar Gorges (suplente) – FORÇA SINDICAL, Nircélio Zobot (titular)– SEDS; Denílson Pestana da Costa (titular) – NCST; Geasi Oliveira de Souza (titular) – FETRANSPAR; Célio Neves (suplente) – CTB; José Toaldo Filho (titular) – FIEP-PR; Leila Maria Raboni (suplente) – SRTE-MTE; Aline Grigoletti (suplente) – SEPL; e dos convidados: Elvis Benedito Muniz – SETS; Clarice Braga Farhat – SETS; Luciene Bracht – SETS/DETER/DQP; Vladimir de França – SETS; Maria José Rossetti – SETS; José Maurino O. Martins – SETS; Clovis Gabardo – SETS; Olivia Regina Scimioni – SETS; Andre Marega Pinhel – DIEESE; Carlos Manuel Santos – SETS; Luiz Carlos Farias – SETS; Dirce Margoti – SEC/SETS, Dorotéia Lopes – SEC/SETS e Aldameri Imthurm - Secretária Executiva dos Conselhos da SETS, realizou-se a 194ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como PAUTA: 01 – Abertura – 02 – Aprovação da Ata nº 226 da 192ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho realizada na cidade de Guarapuava e da Ata nº 227 da 193ª Reunião do Conselho Estadual do Trabalho realizada na cidade de Ponta Grossa; – 03 – Informes da Presidência e Secretaria- Executiva – 04 – Homologação dos Conselhos Municipais de Telêmaco Borba, Palmas e Castro; 05 – Apresentação da Drª Luize Surkamp sobre o trabalho análogo escravo no Setor de Erva Mate do Paraná e como convidado Professor Sandro Lunardi; - 06 – Remanejamento do Plano de Trabalho 2012/2013 – DETER-SETS – Jose Maurino; 07 – Alteração do PlanTeQ 2012 – Divisão de Qualificação Profissional – SETS – Maria Jose Rossetti; – 08 – Alteração do Regimento Interno; - 09 – Gts constituídos; - 10 – Semana Estadual de Saúde e Segurança do Trabalho; - 11- Reunião Descentralizada de Francisco Beltrão; - 12 - Outros Assuntos; 13- Encerramento. 01 Abertura - O presidente inicia a reunião às 14hs, dando as boas vindas aos conselheiros e convidados e na sequência passa para o item 02 – Pauta: Roberto coloca em votação as Atas 226 e 227, que foram encaminhadas aos conselheiros(as) para serem apreciadas sendo aprovadas sem nenhuma modificação. Na sequência o Presidente passa para o item - 03 Informes: O Presidente passa a fazer a leitura dos informes da Secretaria Executiva: 1) Recebimento do DERT – Departamento de Relações do Trabalho em 24 de julho de 2013, o Projeto de Lei nº 247/2013 de 18 de junho de 2013, enviado pelo Dep. Douglas Fabrício, referente a obrigatoriedade dos Cartórios sediados no Estado do Paraná incluírem nas Escrituras Públicas o nome e a inscrição no Conselho Regional; Neste item, Roberto explica que esse ofício foi encaminhado para

Secretaria do Trabalho para que seja dado um parecer jurídico. O presidente ressalta que este pedido tem como objetivo impor a obrigatoriedade dos Cartórios sediados no Estado do Paraná de incluírem nas Escrituras Públicas o nome dos corretores de imóveis; Nuncio explica que se trata de um Projeto de Lei de extrema importância para se discutir e fazer o encaminhamento e que isso pode ser alterado ou melhorado e passar ao conhecimento de todos e pedindo um prazo para que as entidades possam se pronunciar e responder tudo em conjunto. O presidente pede que seja repassado aos conselheiros via e-mail para que todos possam ter conhecimento. Nuncio sugere um prazo de 15 dias para resposta e Roberto propõe que neste ínterim se tenha também o parecer jurídico da Secretaria. O próximo item 2) Conselheiros que ainda não enviaram o cadastro: Aline Grioletti, Eric Fiedler Barbosa e Regina Perpetua Cruz. Conselheiros que ainda não enviaram a foto: Aline Grigoletti, Eric Fiedler Barbosa, Ildemar Gorges, José Toaldo Filho, Klauss Dias Kuhnen, Leila Maria Raboni, Regina Perpetua Cruz, Solange Aparecida Caumo, Sônia Maria dos Santos e Thadeu Castello Branco e Silva. Ressaltamos que para atualização do site são necessárias estas informações; o Presidente estipulou o prazo de uma semana para que estes(as) conselheiros(as) atendam esta solicitação, enviando à Secretaria executiva suas fotos/cadastro. 3) Justificativas de ausência de Debora Regina Wolski Dzierwa e Eric Fiedler Barbosa- representantes da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná- FACIAP; Sônia Maria dos Santos- representante da Secretaria de Estado do Planejamento- SEPL. 4) Conforme o que dispõe o Art. 15 "A entidade representativa ou órgão do poder público cujo representante, titular ou suplente, faltar 3 (três) reuniões seguidas ou 5 (cinco) alternadas, receberá notificação do Presidente, com anuência do pleno Conselho, para proceder a substituição de seu representante faltoso". Relação dos Conselheiros que atingiram o limite de faltas: Ademir Jesus da Veiga/Luciano Langner- representantes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil- CGTB e Débora Regina Wolski Dzierwa / Eric Fiedler Barbosa- representantes da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná- FACIAP. O Presidente solicita à Secretaria Executiva o envio de notificação aos conselheiros(as) e presidentes das entidades representadas. 04 – Homologações dos Conselhos Municipais de Telêmaco Borba, Palmas e Castro: aprovadas. Roberto informa que a documentação se encontra na Secretaria Executiva para conhecimento de todos. 05 – Apresentação da Dr^a Luíze Surkamp sobre o trabalho escravo no setor de Erva Mate do Paraná e tendo como convidado o Professor Sandro Lunardi. Roberto justifica o não comparecimento da palestrante que teve um imprevisto, ficando assim cancelado este item da pauta. Em seguida, o Presidente abre espaço para o Secretário Luiz Claudio Romanelli que faz uma breve explanação sobre os cortes que vem sendo feitos pelo Estado. Romanelli inicia sua fala esclarecendo o remanejamento dos recursos. Ele diz que o orçamento está muito reduzido, considerando a demanda da manutenção e da estrutura das 220 (duzentos e vinte) Agências do Trabalhador no Estado, que atendem cerca de nove mil trabalhadores, diariamente. O secretário esclarece ainda, que houve uma significativa redução de recursos do sistema público do trabalho e renda no país, de 2003 para cá, resultado do acordo firmado com o FMI, com a inclusão do Fundo de Amparo ao

Trabalhador – FAT, no orçamento da União, onde o fundo passou a integrar o esforço do governo em gerar superavit primário, um dos motivos que, ano após anos, vem ocasionando uma redução na receita. Romanelli lembra ainda que alguns municípios como Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, as Agências do Trabalhador estão municipalizadas e Maringá está muito bem, ao contrário de Londrina que passa por condições precárias. O secretário informa que o Estado está passando por um momento bem complicado e que o corte de 25% dos gastos, levou a uma situação bem crítica, comprometendo a realização de eventos, fóruns de qualificação e profissionalização do Paraná. Ele observa que está sendo feita uma adequação dos gastos, através do convênio com o Ministério do Trabalho. 06 - Remanejamento do Plano de Trabalho 2012/2013 – DETER-SETS: José Maurino (SETS) faz uma apresentação da planilha de gastos. (ANEXO 01). Na oportunidade a conselheira Regina (CUT) pergunta se todo esse recurso está vindo do governo federal? Romanelli salienta que neste caso, há uma contrapartida de 10% e destaca que o governo federal tem alguns Ministérios que estão extremamente valorizados, destacando os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social, enquanto outros deixam a desejar, como é o caso do Ministério Trabalho. O conselheiro Denilson (NCST) diz que lamenta os cortes feitos pelo governo do Estado no orçamento da Secretaria e salienta que na mesma data, no ano passado, estava-se comemorando um aporte maior de recursos para a SETS e neste ano houve um corte de 25%. Denilson (NCST) pergunta qual foi o valor desse corte e quais são os valores lançados na planilha que não estão batendo. Denilson pede informações sobre quais valores foram cortados pelo governador, que são oriundos do tesouro do Estado. Maurino (SETS) responde as dúvidas levantadas pelo conselheiro Denilson, e observa que o valor de 10% não está batendo e faz outros esclarecimentos. A conselheira Leila(SRT/MTE) sugere ao Sr. Maurino (SETS) que esses custos com o contrato com o processamento de dados do sistema público de emprego seja colocado de forma transparente e bem especificada para que fique claro que os valores desses custos são quatro vezes mais do que é repassado pelo Ministério de Trabalho. A conselheira propõe que traga nesta planilha o custo real do sistema público de emprego para ter uma visão mais ampla de quanto custa o sistema público do trabalho emprego e renda no Paraná. Leila(SRT/MTE) pede que essa planilha venha de maneira completa clara e objetiva para se ter ideia de valores que cada órgão do governo está participando. Romanelli, faz uma intervenção com respeito a fala da conselheira Leila e diz que a SETS fornece todos os dados para subsidiar o estudo da UNB e todos os prefeitos planilharam os valores pagos a seus servidores. Denilson(NCST) pede que Maurino(SETS) repasse o valor real do corte que o governador fez porque daqui alguns dias teremos que sentar para negociar o Plano de Trabalho de 2014 e seria ideal ter esses dados em mãos. Após várias discussões e argumentações o presidente Roberto coloca em votação para ser aprovado a Resolução 321/2013 que trata do Remanejamento do Plano de Trabalho. Geasi(FETRANSPAR) registra seu descontentamento com a falta de informações para a aprovação do Remanejamento e salienta que já não foi aprovado na reunião passada por faltar informações e que isso se repete. O conselheiro informa que está aprovando mas com ressalvas. Ele reitera que da próxima vez, esta planilha venha completa e com as informações mais

precisas. O conselheiro João Francisco Zafanelli Cubas (FECOMERCIO) esclarece que a resolução foi aprovada mas que se sente desconfortável e diz que esta situação vem acontecendo desde o mês de outubro e que só agora foi colocado aos conselheiros a questão do remanejamento. Ele desabafa que a Secretaria vem trabalhando nisso há cerca de seis meses e que só agora os conselheiros ficaram cientes. O próximo item 07 – Alteração do PlanTeQ 2012 – Divisão de Qualificação Profissional – SETS – Maria José Rossetti: Maria José faz um apanhado do baixo IDH de algumas regiões do Estado, intermediação de mão de obra e qualificação profissional. (ANEXO 02).- O presidente pergunta como será feita a qualificação com pessoas com baixa escolaridade e questiona a possibilidade de fazer uma parceria com as escolas públicas e a Secretaria da Educação para qualificar esses profissionais. Sem mais questionamentos os conselheiros aprovaram o item 07 (sete) da pauta. - 08 – Alteração do Regimento Interno: Dando prosseguimento a reunião Roberto faz a leitura do artigo 5 § 2º -" As despesas porventura exigidas para o comparecimento dos membros às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas". O presidente explica que este paragrafo está apenas sendo excluído do Regimento Interno, observando as questões das reuniões itinerantes e também para adequá-lo a recomendação do CODEFAT. Aprovado. - 09 GTs constituídos: O presidente coloca para os conselheiros que foi constituído um GT em agosto do ano passado composto por dois representantes de cada bancada, com o objetivo de elaborar estudos sobre a legalidade da exigência do cumprimento da lei do Piso Mínimo Regional de processos licitatórios e concorrências públicas do Estado do Paraná e que apesar de ter sido constituído o GT não houve nenhum avanço e os trabalhos estão parados. Geasi(FETRANSPAR) lembra aos conselheiros que não há nenhuma razão para ser criado esse GT porque o Piso Mínimo Regional só vale para categorias não organizadas e empresas desse porte não participam de concorrências públicas. O conselheiro acha desnecessário a criação desse GT para tratar desse assunto. Já Romanelli(SETS) considera importante essa criação porque existe uma lei tratando desse assunto e que o Estado não tem observado esse dispositivo, sendo um tema muito complexo e diz que já foi tentando fazer o governador mudar essa lei mas, não houve acordo. Romanelli cita como exemplo as empresas terceirizadas que trabalham com manutenção e limpeza e que ganham abaixo do piso regional. Denilson(NCST) faz considerações a respeito dos salários e da incoerência das empresas que prestavam serviços ao Estado e não era pago o piso regional. E uma das exigências para se participar das licitações era colocar no edital o valor do piso regional, além de se criar mecanismos e condições para chegar a esse acordo. O presidente Roberto pede um parecer jurídico da Procuradoria Geral do Estado para saber a legalidade disso e depois disso se pensa se cria ou não esse GT. Se a PGE disser que é ilegal então encerramos o assunto.O conselheiro Célio(CTB) diz que se o GT foi criado então tem que fazer funcionar. Romanelli pede que a bancada patronal indique seus dois representantes. A bancada dos trabalhadores fica representados pelos conselheiros Ernane(CUT) e Denilson(NCST) . Na bancada governamental Romanelli indica Nuncio e o outro ficou para ser consultado e indicado mais tarde. Como não houve um consenso para

a criação das outras bancadas ficou estabelecido um prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de hoje para que sejam encaminhados os nomes de dois representantes de cada categoria para integrar esse GT. O conselheiro Toaldo (FIEP) pede um prazo para que se converse com a conselheira Priscilla (FIEP) para referendar o seu nome, uma vez que ela era a representante da FIEP neste GT. Toaldo completa ainda, que nas convenções coletivas de que a preocupação com o mínimo regional tá acontecendo de uma forma automática nas convenções. Ele termina dizendo que, as vezes estará se discutindo uma coisa que já está contemplada. Denilson(NCST) sugere um prazo de 15 (quinze) dias para que a bancada patronal se reúna e indique seus representantes. Dando continuidade a reunião o presidente Roberto levanta a questão do GT criado na reunião de Guarapuava, onde foram indicados os conselheiros Ernane(CUT) pela bancada dos Trabalhadores, Klauss(FAEP) pela bancada dos Empregadores e Nuncio(SETS) pela Governamental. Este GT tem como objetivo articular junto Ministério do Trabalho, Previdência Social e Casa Civil, a criação de gerências regionais e contratações de funcionários para estes órgãos, no âmbito do Estado do Paraná. O presidente cobra dos conselheiros se há alguma novidade. Nuncio(SETS) diz que tem que dar prosseguimento aos trabalhos. Já Klauss(FAEP) cobra que a secretaria entre em contato com conselheiros indicados para ajustar uma data para que possa se reunir e dar prosseguimento a esta deliberação. Leila(SRT/MTE) diz que não assinou a resolução porque não teve o entendimento do que se tratava esse GT. O presidente Roberto salienta que na época houve uma discussão de como seria esse GT, qual a finalidade e foi pedido as gravações para dirimir as dúvidas. O GT trata especificamente da criação das gerências regionais. Leila (SRT/MTE) questiona a participação da Previdência Social e o presidente lembra a todos que foi na reunião de Cascavel. Klauss(FAEP) observa que a criação do grupo já está formada e que somente se deverá dar continuidade aos trabalhos, devendo se tomar cuidado no direcionamento destas questões. Leila esclarece que a estrutura das superintendências regionais estão estabelecidas por lei que estabelece níveis diferenciados desde sua criação. A superintendência do Paraná é nível 2 (dois). A conselheira acredita que isso seja mais de âmbito de legislativo do que do próprio Ministério do Trabalho, que não vai conseguir implantar gerência, contratar servidores senão for por concurso público e não vai aumentar sua estrutura no Estado senão for por lei. Ildemar(FORÇA SINDICAL) diz que a ideia está sendo degradada, porque não tem pessoal, não tem concurso público e ninguém compra a briga e que as Centrais já estão tentando se mobilizar nesse sentido. Ildemar (FORÇA SINDICAL) completa que os empregados não podem mais serem bodes expiatórios da Previdência. O conselheiro enfatiza que tem funcionários que estão 6 (seis) a 7 (sete) meses sem receber salários e tendo que voltar a trabalhar doente porque precisam deste dinheiro. Ildemar entende que é muito tempo para marcar uma perícia no Paraná, já em outros Estados o trâmite é bem mais rápido e conclui dizendo que no Paraná só se houve falar em cortes de verbas, enquanto que Santa Catarina, até o presente momento, não houve nenhum corte de subsídios. O conselheiro Denilson levanta a questão do Grupo de Trabalho do Piso Mínimo Regional que foi criado há duas reuniões atrás, ficando de se fazer as

indicações de três representantes por bancada e salienta que isto consta nas atas, inclusive. O presidente Roberto pede à Secretaria Executiva que projete na tela as atas anteriores para se certificar desta afirmação do Conselheiro Denilson e fica comprovado que este GT não foi constituído, ficando apenas no debate da ideia. Denilson pede então à Secretaria Executiva que proceda novamente a escuta destas gravações. O presidente dá prosseguimento ao item – 10 – Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho: o presidente fala da Semana Estadual que deverá acontecer na terceira semana de setembro e questiona os conselheiros Nuncio(SETS) e José Lucio(SES) sobre a programação. O conselheiro José Lucio(SES) fala que na Secretaria da Saúde será feito um manual de guia de bolso para os funcionários da saúde, onde há maior incidência de acidentes com perfurocortantes. Lucio (SES) sugere ainda que o Conselho do Trabalho, que reúne o tripartismo, deveria puxar essa semana. Leila(SRT/MTE) propõe um encaminhamento para que se descubra quem está promovendo esta Primeira Semana Estadual da Saúde. O conselheiro Denilson(NCST) sugere que os mesmos conselheiros do ano passado façam parte da Segunda Semana Estadual de Saúde e Segurança do Trabalho, do Conselho Estadual do Trabalho, Leila(SRT/MTE), Nuncio (SETS), Priscilla(FIEP), Ildemar(FORÇA SINDICAL) e José Lucio(SES), e sendo aprovada a mesma comissão.

11 – Reunião Descentralizada de Francisco Beltrão: -O presidente Roberto(FEPASC) expõe aos conselheiros que por motivo de cortes no orçamento, a reunião do dia 28 de agosto que aconteceria em Francisco Beltrão foi transferida para Curitiba, e quem sabe seja remarcada para uma próxima data. 12 – Outros Assuntos: Roberto passa a palavra para a servidora Luciene(SETS) que solicita, o mais breve possível, a indicação de 9 (nove) representantes para compor a comissão de acompanhamento do PlanTeQ, sendo 3 (três) por bancada, nos mesmos moldes de anos anteriores. Roberto então propõe o prazo de uma semana para que as bancadas indiquem seus representantes, o que foi aprovado por todos. Sem mais assuntos a tratar o presidente dá por encerrada a 194ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, às 16h30, a qual eu, Aldameri Imthurm, lavrei a presente ata. Curitiba, 31 de Julho de 2013.ATA nº 228 da 194ª DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO.

No dia 31 de Julho de 2013, com início às 14h00, no Auditório da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária/ SETS, na Rua Pedro Ivo, 750, nesta capital, com a presença dos seguintes conselheiros: Roberto Luiz Harth Teixeira de Freitas – FEPASC (presidente), Luiz Cláudio Romanelli (titular)– SETS; Regina Perpetua Cruz (suplente) – CUT, João Francisco Zafanelli Cubas (titular) – FECOMÉRCIO; José Lucio dos Santos (titular) – SES; Fabiana Cristina Campos Skrobot (titular) – SEED; Klauss Dias Kuhnem (suplente) – FAEP; Nuncio Mannala (suplente) – SETS; Ildemar Gorges (suplente) – FORÇA SINDICAL, Nircélio Zobot (titular)– SEDS; Denilson Pestana da Costa (titular) – NCST; Geasi Oliveira de Souza (titular) – FETRANSPAR; Célio Neves (suplente) – CTB; José Toaldo Filho (titular) – FIEP-PR; Leila Maria Raboni (suplente) – SRTE-MTE; Aline Grigoletti (suplente) – SEPL; e dos convidados: Elvis Benedito Muniz – SETS; Clarice Braga Farhat – SETS; Luciene Bracht – SETS/DETER/DQP; Vladimir de França – SETS; Maria José Rossetti – SETS; José Maurino O. Martins – SETS; Clovis Gabardo – SETS; Olivia Regina Scimioni –

SETS; Andre Marega Pinhel – DIEESE; Carlos Manuel Santos – SETS; Luiz Carlos Farias – SETS; Dirce Margoti – SEC/SETS, Dorotéia Lopes – SEC/SETS e Aldameri Imthurm - Secretária Executiva dos Conselhos da SETS, realizou-se a 194ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como PAUTA: 01 – Abertura – 02 – Aprovação da Ata nº 226 da 192ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho realizada na cidade de Guarapuava e da Ata nº 227 da 193ª Reunião do Conselho Estadual do Trabalho realizada na cidade de Ponta Grossa; – 03 – Informes da Presidência e Secretaria- Executiva – 04 – Homologação dos Conselhos Municipais de Telêmaco Borba, Palmas e Castro; 05 – Apresentação da Drª Luize Surkamp sobre o trabalho análogo escravo no Setor de Erva Mate do Paraná e como convidado Professor Sandro Lunardi; - 06 – Remanejamento do Plano de Trabalho 2012/2013 – DETER-SETS – Jose Maurino; 07 – Alteração do PlanTeQ 2012 – Divisão de Qualificação Profissional – SETS – Maria Jose Rossetti; – 08 – Alteração do Regimento Interno; - 09 – Gts constituídos; - 10 – Semana Estadual de Saúde e Segurança do Trabalho; - 11- Reunião Descentralizada de Francisco Beltrão; - 12 - Outros Assuntos; 13- Encerramento. 01 Abertura - O presidente inicia a reunião às 14hs, dando as boas vindas aos conselheiros e convidados e na sequência passa para o item 02 – Pauta: Roberto coloca em votação as Atas 226 e 227, que foram encaminhadas aos conselheiros(as) para serem apreciadas sendo aprovadas sem nenhuma modificação. Na sequência o Presidente passa para o item - 03 Informes: O Presidente passa a fazer a leitura dos informes da Secretaria Executiva: 1) Recebimento do DERT – Departamento de Relações do Trabalho em 24 de julho de 2013, o Projeto de Lei nº 247/2013 de 18 de junho de 2013, enviado pelo Dep. Douglas Fabrício, referente a obrigatoriedade dos Cartórios sediados no Estado do Paraná incluírem nas Escrituras Públicas o nome e a inscrição no Conselho Regional; Neste item, Roberto explica que esse ofício foi encaminhado para Secretaria do Trabalho para que seja dado um parecer jurídico. O presidente ressalta que este pedido tem como objetivo impor a obrigatoriedade dos Cartórios sediados no Estado do Paraná de incluírem nas Escrituras Públicas o nome dos corretores de imóveis; Nuncio explica que se trata de um Projeto de Lei de extrema importância para se discutir e fazer o encaminhamento e que isso pode ser alterado ou melhorado e passar ao conhecimento de todos e pedindo um prazo para que as entidades possam se pronunciar e responder tudo em conjunto. O presidente pede que seja repassado aos conselheiros via e-mail para que todos possam ter conhecimento. Nuncio sugere um prazo de 15 dias para resposta e Roberto propõe que neste íterim se tenha também o parecer jurídico da Secretaria. O próximo item 2) Conselheiros que ainda não enviaram o cadastro: Aline Grioletti, Eric Fiedler Barbosa e Regina Perpetua Cruz. Conselheiros que ainda não enviaram a foto: Aline Grigoletti, Eric Fiedler Barbosa, Ildemar Gorges, José Toaldo Filho, Klauss Dias Kuhnen, Leila Maria Raboni, Regina Perpetua Cruz, Solange Aparecida Caumo, Sônia Maria dos Santos e Thadeu Castello Branco e Silva. Ressaltamos que para atualização do site são necessárias estas informações; o Presidente estipulou o prazo de uma semana para que estes(as) conselheiros(as) atendam esta solicitação, enviando à Secretaria executiva suas fotos/cadastro. 3) Justificativas de ausência de Debora Regina Wolski Dzierwa e Eric Fiedler Barbosa- representantes da

Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná- FACIAP; Sônia Maria dos Santos- representante da Secretaria de Estado do Planejamento- SEPL. 4) Conforme o que dispõe o Art. 15 "A entidade representativa ou órgão do poder público cujo representante, titular ou suplente, faltar 3 (três) reuniões seguidas ou 5 (cinco) alternadas, receberá notificação do Presidente, com anuência do pleno Conselho, para proceder a substituição de seu representante faltoso". Relação dos Conselheiros que atingiram o limite de faltas: Ademir Jesus da Veiga/Luciano Langner- representantes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil- CGTB e Débora Regina Wolski Dzierwa / Eric Fiedler Barbosa- representantes da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná- FACIAP. O Presidente solicita à Secretaria Executiva o envio de notificação aos conselheiros(as) e presidentes das entidades representadas.

04 – Homologações dos Conselhos Municipais de Telêmaco Borba, Palmas e Castro: aprovadas. Roberto informa que a documentação se encontra na Secretaria Executiva para conhecimento de todos.

05 – Apresentação da Dr^a Luize Surkamp sobre o trabalho escravo no setor de Erva Mate do Paraná e tendo como convidado o Professor Sandro Lunardi. Roberto justifica o não comparecimento da palestrante que teve um imprevisto, ficando assim cancelado este item da pauta. Em seguida, o Presidente abre espaço para o Secretário Luiz Claudio Romanelli que faz uma breve explanação sobre os cortes que vem sendo feitos pelo Estado. Romanelli inicia sua fala esclarecendo o remanejamento dos recursos. Ele diz que o orçamento está muito reduzido, considerando a demanda da manutenção e da estrutura das 220 (duzentos e vinte) Agências do Trabalhador no Estado, que atendem cerca de nove mil trabalhadores, diariamente. O secretário esclarece ainda, que houve uma significativa redução de recursos do sistema público do trabalho e renda no país, de 2003 para cá, resultado do acordo firmado com o FMI, com a inclusão do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no orçamento da União, onde o fundo passou a integrar o esforço do governo em gerar superavit primário, um dos motivos que, ano após anos, vem ocasionando uma redução na receita. Romanelli lembra ainda que alguns municípios como Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, as Agências do Trabalhador estão municipalizadas e Maringá está muito bem, ao contrário de Londrina que passa por condições precárias. O secretário informa que o Estado está passando por um momento bem complicado e que o corte de 25% dos gastos, levou a uma situação bem crítica, comprometendo a realização de eventos, fóruns de qualificação e profissionalização do Paraná. Ele observa que está sendo feita uma adequação dos gastos, através do convênio com o Ministério do Trabalho.

06 - Remanejamento do Plano de Trabalho 2012/2013 – DETER-SETS: José Maurino (SETS) faz uma apresentação da planilha de gastos. (ANEXO 01). Na oportunidade a conselheira Regina (CUT) pergunta se todo esse recurso está vindo do governo federal? Romanelli salienta que neste caso, há uma contrapartida de 10% e destaca que o governo federal tem alguns Ministérios que estão extremamente valorizados, destacando os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social, enquanto outros deixam a desejar, como é o caso do Ministério Trabalho. O conselheiro Denilson (NCST) diz que lamenta os cortes feitos pelo governo do Estado no orçamento da Secretaria e salienta que na mesma data, no ano passado, estava-se comemorando um aporte

maior de recursos para a SETS e neste ano houve um corte de 25%. Denilson (NCST) pergunta qual foi o valor desse corte e quais são os valores lançados na planilha que não estão batendo. Denilson pede informações sobre quais valores foram cortados pelo governador, que são oriundos do tesouro do Estado. Maurino (SETS) responde as dúvidas levantadas pelo conselheiro Denilson, e observa que o valor de 10% não está batendo e faz outros esclarecimentos. A conselheira Leila(SRT/MTE) sugere ao Sr. Maurino (SETS) que esses custos com o contrato com o processamento de dados do sistema público de emprego seja colocado de forma transparente e bem especificada para que fique claro que os valores desses custos são quatro vezes mais do que é repassado pelo Ministério de Trabalho. A conselheira propõe que traga nesta planilha o custo real do sistema público de emprego para ter uma visão mais ampla de quanto custa o sistema público do trabalho emprego e renda no Paraná. Leila(SRT/MTE) pede que essa planilha venha de maneira completa clara e objetiva para se ter ideia de valores que cada órgão do governo está participando. Romanelli, faz uma intervenção com respeito a fala da conselheira Leila e diz que a SETS fornece todos os dados para subsidiar o estudo da UNB e todos os prefeitos planilharam os valores pagos a seus servidores. Denilson(NCST) pede que Maurino(SETS) repasse o valor real do corte que o governador fez porque daqui alguns dias teremos que sentar para negociar o Plano de Trabalho de 2014 e seria ideal ter esses dados em mãos. Após várias discussões e argumentações o presidente Roberto coloca em votação para ser aprovado a Resolução 321/2013 que trata do Remanejamento do Plano de Trabalho. Geasi(FETRANSPAR) registra seu descontentamento com a falta de informações para a aprovação do Remanejamento e salienta que já não foi aprovado na reunião passada por faltar informações e que isso se repete. O conselheiro informa que está aprovando mas com ressalvas. Ele reitera que da próxima vez, esta planilha venha completa e com as informações mais precisas. O conselheiro João Francisco Zafanelli Cubas (FECOMERCIO) esclarece que a resolução foi aprovada mas que se sente desconfortável e diz que esta situação vem acontecendo desde o mês de outubro e que só agora foi colocado aos conselheiros a questão do remanejamento. Ele desabafa que a Secretaria vem trabalhando nisso há cerca de seis meses e que só agora os conselheiros ficaram cientes. O próximo item 07 – Alteração do PlanTeQ 2012 – Divisão de Qualificação Profissional – SETS – Maria José Rossetti: Maria José faz um apanhado do baixo IDH de algumas regiões do Estado, intermediação de mão de obra e qualificação profissional. (ANEXO 02).- O presidente pergunta como será feita a qualificação com pessoas com baixa escolaridade e questiona a possibilidade de fazer uma parceria com as escolas públicas e a Secretaria da Educação para qualificar esses profissionais. Sem mais questionamentos os conselheiros aprovaram o item 07 (sete) da pauta. - 08 – Alteração do Regimento Interno: Dando prosseguimento a reunião Roberto faz a leitura do artigo 5 § 2º -" As despesas porventura exigidas para o comparecimento dos membros às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas". O presidente explica que este paragrafo está apenas sendo excluído do Regimento Interno, observando as questões das reuniões itinerantes e também para adequá-lo a recomendação do CODEFAT. Aprovado. - 09 GTs constituídos: O

presidente coloca para os conselheiros que foi constituído um GT em agosto do ano passado composto por dois representantes de cada bancada, com o objetivo de elaborar estudos sobre a legalidade da exigência do cumprimento da lei do Piso Mínimo Regional de processos licitatórios e concorrências públicas do Estado do Paraná e que apesar de ter sido constituído o GT não houve nenhum avanço e os trabalhos estão parados. Geasi(FETRANSPAR) lembra aos conselheiros que não há nenhuma razão para ser criado esse GT porque o Piso Mínimo Regional só vale para categorias não organizadas e empresas desse porte não participam de concorrências públicas. O conselheiro acha desnecessário a criação desse GT para tratar desse assunto. Já Romanelli(SETS) considera importante essa criação porque existe uma lei tratando desse assunto e que o Estado não tem observado esse dispositivo, sendo um tema muito complexo e diz que já foi tentando fazer o governador mudar essa lei mas, não houve acordo. Romanelli cita como exemplo as empresas terceirizadas que trabalham com manutenção e limpeza e que ganham abaixo do piso regional. Denilson(NCST) faz considerações a respeito dos salários e da incoerência das empresas que prestavam serviços ao Estado e não era pago o piso regional. E uma das exigências para se participar das licitações era colocar no edital o valor do piso regional, além de se criar mecanismos e condições para chegar a esse acordo. O presidente Roberto pede um parecer jurídico da Procuradoria Geral do Estado para saber a legalidade disso e depois disso se pensa se cria ou não esse GT. Se a PGE disser que é ilegal então encerramos o assunto. O conselheiro Célio(CTB) diz que se o GT foi criado então tem que fazer funcionar. Romanelli pede que a bancada patronal indique seus dois representantes. A bancada dos trabalhadores fica representados pelos conselheiros Ernane(CUT) e Denilson(NCST) . Na bancada governamental Romanelli indica Nuncio e o outro ficou para ser consultado e indicado mais tarde. Como não houve um consenso para a criação das outras bancadas ficou estabelecido um prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de hoje para que sejam encaminhados os nomes de dois representantes de cada categoria para integrar esse GT. O conselheiro Toaldo (FIEP) pede um prazo para que se converse com a conselheira Priscilla (FIEP) para referendar o seu nome, uma vez que ela era a representante da FIEP neste GT. Toaldo completa ainda, que nas convenções coletivas de que a preocupação com o mínimo regional tá acontecendo de uma forma automática nas convenções. Ele termina dizendo que, as vezes estará se discutindo uma coisa que já está contemplada. Denilson(NCST) sugere um prazo de 15 (quinze) dias para que a bancada patronal se reúna e indique seus representantes. Dando continuidade a reunião o presidente Roberto levanta a questão do GT criado na reunião de Guarapuava, onde foram indicados os conselheiros Ernane(CUT) pela bancada dos Trabalhadores, Klauss(FAEP) pela bancada dos Empregadores e Nuncio(SETS) pela Governamental. Este GT tem como objetivo articular junto Ministério do Trabalho, Previdência Social e Casa Civil, a criação de gerências regionais e contratações de funcionários para estes órgãos, no âmbito do Estado do Paraná. O presidente cobra dos conselheiros se há alguma novidade. Nuncio(SETS) diz que tem que dar prosseguimento aos trabalhos. Já Klauss(FAEP) cobra que a secretaria entre em contato com conselheiros indicados para ajustar uma data para que possa se

reunir e dar prosseguimento a esta deliberação. Leila(SRT/MTE) diz que não assinou a resolução porque não teve o entendimento do que se tratava esse GT. O presidente Roberto salienta que na época houve uma discussão de como seria esse GT, qual a finalidade e foi pedido as gravações para dirimir as dúvidas. O GT trata especificamente da criação das gerências regionais. Leila (SRT/MTE) questiona a participação da Previdência Social e o presidente lembra a todos que foi na reunião de Cascavel. Klauss(FAEP) observa que a criação do grupo já está formada e que somente se deverá dar continuidade aos trabalhos, devendo se tomar cuidado no direcionamento destas questões. Leila esclarece que a estrutura das superintendências regionais estão estabelecidas por lei que estabelece níveis diferenciados desde sua criação. A superintendência do Paraná é nível 2 (dois). A conselheira acredita que isso seja mais de âmbito de legislativo do que do próprio Ministério do Trabalho, que não vai conseguir implantar gerência, contratar servidores senão for por concurso público e não vai aumentar sua estrutura no Estado senão for por lei. Ildemar(FORÇA SINDICAL) diz que a ideia está sendo degradada, porque não tem pessoal, não tem concurso público e ninguém compra a briga e que as Centrais já estão tentando se mobilizar nesse sentido. Ildemar (FORÇA SINDICAL) completa que os empregados não podem mais serem bodes expiatórios da Previdência. O conselheiro enfatiza que tem funcionários que estão 6 (seis) a 7 (sete) meses sem receber salários e tendo que voltar a trabalhar doente porque precisam deste dinheiro. Ildemar entende que é muito tempo para marcar uma perícia no Paraná, já em outros Estados o trâmite é bem mais rápido e conclui dizendo que no Paraná só se houve falar em cortes de verbas, enquanto que Santa Catarina, até o presente momento, não houve nenhum corte de subsídios. O conselheiro Denilson levanta a questão do Grupo de Trabalho do Piso Mínimo Regional que foi criado há duas reuniões atrás, ficando de se fazer as indicações de três representantes por bancada e salienta que isto consta nas atas, inclusive. O presidente Roberto pede à Secretaria Executiva que projete na tela as atas anteriores para se certificar desta afirmação do Conselheiro Denilson e fica comprovado que este GT não foi constituído, ficando apenas no debate da ideia. Denilson pede então à Secretaria Executiva que proceda novamente a escuta destas gravações. O presidente dá prosseguimento ao item – 10 – Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho: o presidente fala da Semana Estadual que deverá acontecer na terceira semana de setembro e questiona os conselheiros Nuncio(SETS) e José Lucio(SESA) sobre a programação. O conselheiro José Lucio(SESA) fala que na Secretaria da Saúde será feito um manual de guia de bolso para os funcionários da saúde, onde há maior incidência de acidentes com perfurocortantes. Lucio (SESA) sugere ainda que o Conselho do Trabalho, que reúne o tripartismo, deveria puxar essa semana. Leila(SRT/MTE) propõe um encaminhamento para que se descubra quem está promovendo esta Primeira Semana Estadual da Saúde. O conselheiro Denilson(NCST) sugere que os mesmos conselheiros do ano passado façam parte da Segunda Semana Estadual de Saúde e Segurança do Trabalho, do Conselho Estadual do Trabalho, Leila(SRT/MTE), Nuncio (SETS), Priscilla(FIEP), Ildemar(FORÇA SINDICAL) e José Lucio(SESA), e sendo aprovada a mesma comissão.

11 – Reunião Descentralizada de Francisco Beltrão: -O presidente

Roberto(FEPASC) expõe aos conselheiros que por motivo de cortes no orçamento, a reunião do dia 28 de agosto que aconteceria em Francisco Beltrão foi transferida para Curitiba, e quem sabe seja remarçada para uma próxima data. 12 – Outros Assuntos: Roberto passa a palavra para a servidora Luciene(SETS) que solicita, o mais breve possível, a indicação de 9 (nove) representantes para compor a comissão de acompanhamento do PlanTeQ, sendo 3 (três) por bancada, nos mesmos moldes de anos anteriores. Roberto então propõe o prazo de uma semana para que as bancadas indiquem seus representantes, o que foi aprovado por todos. Sem mais assuntos a tratar o presidente dá por encerrada a 194ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, às 16h30, a qual eu, Aldameri Imthurm, lavrei a presente ata. Curitiba, 31 de Julho de 2013.